

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

AUDITORIA EM SERVIÇOS DE ENFERMAGEM

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AUDITORIA EM SERVIÇOS DE ENFERMAGEM

DISCIPLINA: GESTÃO EMPRESARIAL
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
1. Definições e Conceitos de Gestão 2. Sistemas Integrados de Gestão 3. Características para uma Gestão Empresarial Eficaz 4. Atividade Empresarial 5. Modelos de Gestão
BIBLIOGRAFIAS
• BRITO, F. F. S.; PERIM, M. L. S.; REYES JUNIOR, E. Plano estratégico para supermercados: Um estudo de caso da empresa Mercantil Extra com utilização da Matriz SWOT. VII Convibra Administração – Congresso Virtual Brasileiro de Administração: gestão, educação e promoção da saúde, v. 7, p. 1–17, 2010. • BUSCARINI, F.; PINAZZA, M. Soluções simples e inovadoras para empreendedores: matriz SWOT como fazer uma. Blog Movimento Impacto Global, 2018. Disponível em: http://movimentoimpactoglobal.com.br/matriz-swot/matriz-analise-swot-como-fazer-uma-figura-01-2/. Acesso em: 30 ago. 2019. • CHIAVENATO, I. Introdução à teoria geral da administração. 9. ed. Barueri: Manole, 2014. • CONHEÇA 7 indicadores de desempenho do varejista. Blog Pricefy, 2018. Disponível em: https://www.pricefy.com.br/blog/conheca-7-indicadores-de-desempenho-do-varejista/. • CORDEIRO, J. V.; RIBEIRO, R. V. Gestão Empresarial. Curitiba: Gazeta do Povo, 2002. • FISCHER, L. 5 indicadores de performance para analisar no seu supermercado. Gestão de Clientes, 2018. Disponível em: https://www.gestaodeclientes.com.br/5-indicadores-de-performance-para-analisar-no-seu-supermercado/. Acesso em: 30 ago. 2019. • GOMES, P. C. T. O que é gestão à vista e como implementar em sua empresa. OP Services, 2015. Disponível em: https://www.opservices.com.br/gestao-a-vista/. Acesso em: 30 ago. 2019. • KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. A execução premium. Rio de Janeiro: Campus, 2009. • MATOS, M. M. Guia de gestão empresarial. Brasília: Sebrae, 2004. Disponível em: http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/guia-de-gestao-empresarial,95975a208e6f6410VgnVCM2000003c74010aRCRD. Acesso em: 30 ago. 2019. • MAXIMIANO, A. C. A. Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital. 7. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007. • OLIVEIRA, L. Desvendando a complexidade do fenômeno do futebol: eficiência e eficácia no futebol. Blog Lucas Oliveira, 2009. Disponível em: http://mrlucasoliveira.blogspot.com/2009/08/eficiencia-e-eficacia-no-futebol.html. Acesso em: 30 ago. 2019. • PORTER, M. Competição: Estratégias competitivas essenciais. Rio de Janeiro: Campus, 1999. • PRÉVE, A. D. Organização, sistemas e métodos. Florianópolis: CAD/CSE/UFSC, 2013. Apostila de ensino. Disponível em: http://portal.cad.ufsc.br/files/2013/11/%C3%9ALTIMApostila-2013.02-OSM.pdf. Acesso em: 30 ago. 2019.

DISCIPLINA: MODELO DE GESTÃO E ATENÇÃO À SAÚDE
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
1. Modelos de Assistenciais de Saúde 2. Indicadores de Qualidade e Produtividade dos Serviços de Saúde 3. Processo Gerencial dos Serviços de Saúde 4. Organização da Atenção à Saúde 5. Estrutura Organizacional do Hospital Moderno

BIBLIOGRAFIAS

- FERROANI, H. P. et al. Modelo assistencial em saúde: conceitos e desafios para a atenção básica brasileira. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 6p. 1869-1878, 2015.
- FLEXNER, A. Medical education in the United States and Canada. New York: Carnegie Foundation for The Advancement of Teaching, 1910. (Bulletin, 4)
- BRASIL. Ministério da Saúde. Política nacional de atenção básica. Brasília: MS, 2012. Disponível em: <<http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2016.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 01 dez. 2016.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei n. 8.080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF, 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm>. Acesso em 01 dez. 2016.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei n. 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Brasília, DF, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm>. Acesso em 01 dez. 2016.
- SILVA, J.; GOMES, A.; ALMEIDA, C. Modelos assistenciais em saúde: desafios e perspectivas. In: MOROSINI, M.V.G.C.; CORBO, A.D.A (Org.). Modelos de atenção e a saúde da família. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007. p. 27-41.
- TEIXEIRA, C.F et al. SUS, modelos assistenciais e vigilância de saúde. *Informe Epidemiológico do SUS*, Brasília, v. 7, n. 2, abr./jun. 1998.

DISCIPLINA:

AUDITORIA EM SAÚDE

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Introdução aos Estudos das Auditorias
2. Auditoria em Saúde
3. Ferramentas de Cobrança das Operadoras de Planos de Saúde
4. A equipe Multidisciplinar e a Auditoria
5. Auditoria nas Operadoras de Planos de Saúde

BIBLIOGRAFIAS

- ATTIE, W. Auditoria: conceitos e aplicações. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- AZEVEDO, G. A.; GONÇALVES, N. S.; SANTOS, D. C. A relação entre a auditoria e o sistema público em saúde. *Revista de Administração em Saúde*, v. 18, nº. 70, jan./mar. 2018.
- AZIENDA. In: DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS, c2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/azienda/>. Acesso em: 23 jul. 2020.
- BRASIL. Auditoria do SUS: orientações básicas. Brasília: Denasus, 2011. (E-book).
- BRASIL. Constituição da república federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 jul. 2020.
- BRASIL. Lei nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 20 set. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 23 jun. 2020.

- BRASIL. Manual de normas de auditoria. Brasília: Ministério da Saúde, 1998. (E-book).
- BURMESTER, H. Auditoria em saúde: série gestão estratégica de saúde. São Paulo: Saraiva Educação, 2017.
- CORDEIRO, C. M. R. Auditoria e governança corporativa. Curitiba: IESDE S.A., 2011.
- FRANCO, H.; MARRA, E. Auditoria contábil. São Paulo: Atlas, 2001.
- LOBO, R. N. Gestão da Qualidade. São Paulo: Saraiva, 2019.
- MOTTA, A. L. C. Auditoria de enfermagem: nos hospitais e operadoras de planos de saúde. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- MOURA, R. G. de; LOPES, P. de L.; BARBOSA, M. V. A importância da auditoria interna na prevenção de fraudes nas organizações. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 14., 2017, Resende. Anais eletrônicos [...]. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos17/11825277.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2020.
- POTTER, P. A.; PERRY, A. G. Fundamentos de enfermagem. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- SÁ, A. L. de. Auditoria interna. São Paulo: Atlas, 2001.
- SANTOS, N. C. M. Legislação e regulação em saúde. São Paulo: Saraiva, 2014.
- SOUZA, L. A. A. de; DYNIEWICZ, A. M.; KALINOWSKI, L. C. Auditoria: uma abordagem histórica e atual. Revista de Administração em Saúde, v. 12, nº. 47, abr./jun. 2010. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/96dc/dbcc12ac1a2fe5f98e4a6257102341ad4b1f.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2020.

DISCIPLINA:
AUDITORIA EM UNIDADES DE ENFERMAGEM
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
1. Auditoria em Enfermagem 2. Glosas e Contestação 3. Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) 4. Estrutura Organizacional do Serviço de Enfermagem 5. Processo de Trabalho em Enfermagem
BIBLIOGRAFIAS
• BRASIL. Conselho Federal de Enfermagem. Resolução nº 266, de 05 de outubro de 2001. Aprova as atividades do Enfermeiro Auditor. Brasília, DF, 2001. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resoluco-cofen-2662001_4303.html. Acesso em: 17 jul. 2019. • BRASIL. Conselho Federal de Enfermagem. Resolução Cofen nº 191, de 31 de maio 1996. Dispõe sobre a forma de anotação e o uso do número de inscrição ou da autorização, pelo pessoal de Enfermagem. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resoluco-cofen-1911996-revogou-resoluco-cofen-1751994_4250.html. Acesso em: 17 jul. 2019. • BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de normas de auditoria. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1998. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_normas_auditoria.pdf. Acesso em: 17 jul. 2019. • DONABEDIAN, A. A gestão da qualidade total na perspectiva dos serviços de saúde. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1994. • FERNANDES, R. W.; HORIKAWA, F. Auditoria ambiental: análise de um sistema de gestão. INOVAE, v. 6, p. 20–42, 2018. • FERREIRA, T. S. et al. Auditoria de enfermagem: o impacto das anotações de enfermagem no contexto das glosas hospitalares. Aquichan, v. 9, n. 1, p. 38–49, 2009. • GARCIA, T. T.; FERREIRA, W. F. da S.; SILVA, A. da. Processo de auditoria em enfermagem e suas dimensões na assistência ao paciente: uma revisão sistemática de literatura. Revista Ciência e Desenvolvimento, v. 11, n. 1, p. 1–30, 2018. Disponível em:

<http://srv02.fainor.com.br/revista/index.php/memorias/article/view/709>. Acesso em: 17 jul. 2019.

- KURCGANT, P. (coord). Gerenciamento em enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
- LIRA, M. A. de M. Avaliação da qualidade dos registros de enfermagem nos prontuários da Clínica Cirúrgica do Hospital Municipal de Brumado/BA por meio da auditoria. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, ano 2, v. 3, n. 9, p. 24–36, 2017. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/avaliacao-da-qualidade>. Acesso em: 17 jul. 2019.
- LUNNEY, M. et al. Pensamento crítico para o alcance de resultados positivos em saúde: análises e estudos de caso em enfermagem. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- MARQUIS, B. L.; HUSTON, C. J. Administração e liderança em enfermagem: teoria e aplicação. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- OLIVEIRA JR, N. J. de; CARDOSO, K. E. O papel do enfermeiro frente à auditoria hospitalar. Revista de Administração em Saúde, v. 17, n. 68, p. 1–15, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.23973/ras.68.52>. Acesso em: 17 jul. 2019.
- RODRIGUES, J. A. R. M. et al. Glosas em contas hospitalares: um desafio à gestão. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 71, n. 5, p. 2658–2666, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reben/v71n5/pt_0034-7167-reben-71-05-2511.pdf. Acesso em: 17 jul. 2019.
- ROTHER, M. Toyota kata: gerenciando pessoas para melhoria, adaptabilidade e resultados excepcionais. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- SANTANA, R. M.; SILVA, V. G. Auditoria em enfermagem: uma proposta metodológica. Ilhéus: Editus, 2009.

DISCIPLINA:
Gestão de Projetos e Processos em Saúde
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
1. Manutenção em Ambientes Hospitalares e de Saúde 2. Controle de Infecção Hospitalar: Regras e Organização 3. Gastronomia Hospitalar 4. Conforto Acústico em Ambientes de Hospedagem e Hospitalares 5. Contratos e Parcerias na Gestão de Suprimentos
BIBLIOGRAFIAS
• ALMEIDA, G. M. de. Gestão da qualidade, aplicada aos processos de manutenção, reforma e retrofit de edificações: estudo de caso em uma empresa holding de educação básica. Rio de Janeiro: UFRJ/Escola Politécnica, 2017. • ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 5674: manutenção de edificações — procedimento. Rio de Janeiro: ABNT, 1999. • ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 5674: manutenção de edificações— requisitos para o sistema de gestão de manutenção. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2012. • CLEIDE, M. Normas de gestão da manutenção e reformas. Natal: IFRN, 2016. Disponível em: https://docente.ifrn.edu.br/cleideoliveira/disciplinas/manutencao-predial/normas-manutencao . Acesso em: 24 mar. 2020. • EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES. Manual de padronização de procedimentos do setor de infraestrutura física (serviços). Uberaba: Hospital de Clínicas: UFTM, 2018. Disponível em: http://www2.ebserh.gov.br/documents/147715/0/Manual+Servi%C2%BAos+Infraestrutura+-+servi%C2%BAos+4.pdf/38634642-3253-4afe-bf0d-00e62f5584f5 . Acesso em: 24 mar. 2020. • GERÔNIMO, M. da S.; LEITE, B. C. C.; OLIVEIRA, R. D. Gestão da manutenção em

equipamentos hospitalares: um estudo de caso. *Exacta - EP*, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 167–183, 2017.

- DOI: 10.5585/ExactaEP.v15n4.7144. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/index.php?journal=exacta&page=article&op=view&path%5B%5D=7144>. Acesso em: 24 mar. 2020.
- INSTITUTO FEDERAL PERNAMBUCO. Plano de manutenção predial preventiva e corretiva. Ipojuca: IFP, [2019]. Disponível em: <https://portal.ifpe.edu.br/campus/ipojuca/administracao-e-planejamento/manutencao/PlanodeManutencaoPredialdoCampusIpojuca.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2020.
- PROGRAMA DE EXTENSÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE. Projeto de implantação da manutenção preventiva no Hospital Universitário (H. U.) da Universidade de São Paulo: relatório final. São Paulo: USP, [200–?]. Disponível em: <http://www.erudito.fea.usp.br/PortalFEA/Repositorio/1087/Documentos/Hospital%20Universit%C3%A1rio.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2020.
- RODRIGUES, T. A.; DINIZ, I. A.; RODRIGUES, L. A. Manutenção preventiva com foco na redução de custos em unidades hospitalares: uma revisão integrativa da literatura. *Revista de Administração Hospitalar e Inovação em Saúde*, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 55–66, 2016. DOI: <https://doi.org/10.21450/rahis.v13i2.2992>. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/rahis/article/view/55-66>. Acesso em: 24 mar. 2020.
- SANTOS, R. V. Padronização de ordens de serviço de manutenções de equipamentos médicos. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Engenharia Elétrica) — Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014. Disponível em: http://www.uel.br/ctu/deel/TCC/TCC2014_RicardoVertuanSantos.pdf. Acesso em: 24 mar. 2020.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. Plano de manutenção predial preventiva e corretiva. Osasco: UNIFESP, 2016. Disponível em: <https://www.unifesp.br/campus/osa2/images/PDF/Infraestrutura/ANEXO%202.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2020.

DISCIPLINA:
Auditoria em Saúde Pública
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
1. Auditoria no Sistema Único de Saúde 2. Faturamento de Internações pelo SUS 3. Faturamento de Procedimentos Ambulatoriais pelo SUS 4. Indicadores Gerenciais de Faturamento 5. Faturamento em Saúde
BIBLIOGRAFIAS
• AZEVEDO, G. A.; GONÇALVES, N. S.; SANTOS, D. C. A relação entre a auditoria e o sistema público em saúde. <i>Revista de Administração em Saúde</i>, v. 18, n. 70, 2018. Disponível em: https://cqh.org.br/ojs-2.4.8/index.php/ras/article/view/91/130. Acesso em: 10 set. 2020. • BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Orientação para implantação de um componente do Sistema Nacional de Auditoria – SNA do Sistema Único de Saúde – SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. (Série Auditoria do SUS, v. 3). Disponível em: http://www.saude.ba.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/sna_sistema_unico_saude_sus.pdf. Acesso em: 10 set. 2020. • BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Princípios, diretrizes e regras da auditoria do SUS no âmbito do Ministério da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/principios_diretrizes_regras_auditoria_sus.p

df. Acesso em: 10 set. 2020.

- BRASIL. Tribunal de Contas da União. Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAI): princípios fundamentais de auditoria. Brasília: TCU, 2016.
- CASTRO, S. G. A. O impacto da auditoria na assistência de enfermagem. Salvador: [s. n.], 2013. Disponível em: <http://bibliotecaatualiza.com.br/arquivotcc/AS/AS01/CASTRO-sabrina.PDF>. Acesso em: 10 set. 2020.
- FERREIRA, A. A.; ROCHA, H. de P. S. da; TAVARES, T. C. A. A gestão de auditoria no Sistema Único de Saúde – SUS. In: SENHORAS, E. M. (org.). Gestão de organizações públicas, privadas e da sociedade civil. Ponta Grossa, PR: Atena, 2020. p. 50–66. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/post-ebook/3107>. Acesso em: 10 set. 2020.
- MELO, M. B. de; VAITSMAN, J. Auditoria e avaliação no Sistema Único de Saúde. São Paulo em Perspectiva, v. 22, n. 1, p. 152–164, 2008. Disponível em: <http://www.esp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2009/04/Artigo-Auditoria1.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.
- OLIVEIRA, D. R.; JACINTO, S. M.; SIQUEIRA, C. L. Auditoria de enfermagem em Centro Cirúrgico. RAS, v. 15, n. 61, p. 151–158, 2013. Disponível em: http://www.cqh.org.br/portal/pag/anexos/baixar.php?p_ndoc=1021&p_nanexo=506. Acesso em: 10 set. 2020.
- PERON, C. Auditoria e pacto de gestão: perspectivas e desafios. Revista Rede de Cuidados em Saúde, v. 3, n. 3, 2009 Os links para sites da web fornecidos neste capítulo foram todos testados, e seu funcionamento foi comprovado no momento da publicação do material. No entanto, a rede é extremamente dinâmica; suas páginas estão constantemente mudando de local e conteúdo. Assim, os editores declaram não ter qualquer responsabilidade sobre qualidade, precisão ou integralidade das informações referidas em tais links.
- RIOLINO, A. N.; KLIUKAS, G. B. V. Relato de experiência de enfermeiras no campo de auditoria de prontuário: uma ação inovadora. Nursing, v. 65, n. 6, p. 35–38, 2003.
- SANTOS, C. A. dos et al. A auditoria e o enfermeiro como ferramentas de aperfeiçoamento do SUS. Revista Baiana de Saúde Pública, v. 36, n. 2, p. 539–559, 2012. Disponível em: <http://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/475>. Acesso em: 10 set. 2020.

DISCIPLINA:
Bioética para Enfermagem
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
1. Princípios Bioéticos 2. Ética e Bioética 3. O Ser Humano Diante de Situações Limite 4. Pesquisa Clínica 5. Ética Aplicada em Pesquisa em Saúde
BIBLIOGRAFIAS
• CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução nº. 596, de 21 de fevereiro de 2014. Dispõe sobre o Código de Ética Farmacêutica, o Código de Processo Ético e estabelece as infrações e as regras de aplicação das sanções disciplinares. Diário Oficial da União, 25 mar. 2014. Disponível em: http://www.cff.org.br/userfiles/file/C%C3%B3digo%20de%20Etica%2003fev2014.pdf. Acesso em: 13 nov. 2018. • CRISOSTOMO, A. L. et al. Ética. Porto Alegre: SAGAH, 2018. • FRANÇA, F. S. (Org.). Bioética e biossegurança aplicada. Porto Alegre: SAGAH, 2017. • GOLDIM, J. R.; FRANCISCONI, C. F. Os comitês de ética hospitalares. Bioética, 1995.

- Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/bioetica/comitatm.htm>>. Acesso em: 16 nov. 2018.
- GONZÁLEZ, J. A. M. et al. Principios de ética, bioética y conocimiento del hombre. México: Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo, 2011. Disponível em: <https://www.uaeh.edu.mx/investigacion/productos/4821/libro_principios_de_etica.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2018.
 - JONSEN, A. R.; SIEGLER, M.; WINSLADE, W. J. Ética clínica: abordagem prática para decisões éticas na medicina clínica. 7. ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.
 - PESSINI, L. A nova edição (4ª.) da Enciclopédia de Bioética. Revista BioEthikos, v. 8, n. 4, p.359-364, 2014. Disponível em: <<https://www.saocamilo-sp.br/pdf/bioethikos/155567/Editorialpt.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2018.
 - PESSINI, L.; BARCHIFONTAINE, C. P. Problemas atuais de bioética. São Paulo: Loyola, 2007.
 - SARDENBERG, T. A ética da pesquisa em seres humanos e a publicação de artigos científicos. J. Pneumol, v. 25, nº. 2, mar./abr. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/jpneu/v25n2/v25n2a1.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2018.